

# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

## PORTARIA Nº 292, DE 3 DE JULHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência concedida pelo art. 2º do Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de concurso público e a nomeação para provimento de cento e sessenta cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e cento e noventa cargos de Técnico da Receita Federal do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A realização do concurso público e o conseqüente provimento dos cargos nos quantitativos previstos no artigo 1º estão condicionados:

I - à existência de vagas na data de publicação do edital de abertura de inscrições para o concurso; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a lei orçamentária anual e sua compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º O provimento dos cargos de que trata o artigo 1º será realizado no exercício de 2003.

Art. 4º A responsabilidade pela realização do concurso público para os cargos relacionados no art. 1º será do Coordenador Geral de Programação e Logística da Secretaria da Receita Federal.

Art. 5º As normas específicas relativas ao respectivo concurso público serão baixadas pela autoridade mencionada no artigo 4º, mediante a publicação de editais, portarias ou qualquer outro instrumento legal.

Parágrafo único. As normas referidas no caput deste artigo fixarão as condições de realização do concurso, observado o que dispõe a Portaria MARE nº 956, de 24 de março de 1998.

Art. 6º O prazo para publicação de edital de abertura para realização do concurso público será de seis meses contados a partir da publicação desta Portaria.

Art. 7º O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria e na Portaria MARE nº 956, de 1998, implicará o cancelamento da autorização concedida para fins de realização do concurso público e nomeação, bem como a suspensão do certame em qualquer fase em que se encontre.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GOMES DIAS

(Of. El. nº 418/2002)

D.O.U., 04/07/2002